

CATP -  
260

XIV EXPO  
ÇÃO MAGNA  
DA ESCOLA  
SUPERIOR  
DE BELAS  
ARTES  
DO PORTO

Universidade do Porto

DISCURSO PROFERIDO PELO DIRECTOR, ARQ. CARLOS RAMOS, NA SESSÃO SOLENE A QUE PRESIDIU SUA EXCELENCIA O MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, PROFESSOR DOUTOR INOCÊNCIO GALVÃO TELLES

IMPRESA  
PORTUGUESA  
P O R T O

16 DE MARÇO DE 1966

no. 2227  
Gola CATP  
260



---

# E.S.B.A.P.

---

CENTRO DE ESTUDOS

Universidade do Porto. Faculdade de Belas Artes



DISCURSO PROFERIDO PELO DIRECTOR, ARQ. CARLOS RAMOS, NA SESSÃO SOLENE A QUE PRESIDIU SUA EXCELENCIA O MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, PROFESSOR DOUTOR INOCÊNCIO GALVÃO TELLES

16 DE MARÇO DE 1966

Senhor Ministro da Educação Nacional,  
Senhor Governador Civil do Porto,  
Magnífico Reitor da Universidade do Porto,  
Senhor Professor Doutor Ferrer Correia, da  
Fundação Calouste Gulbenkian,  
Senhor Professor Doutor Amândio Tavares,  
do Instituto de Alta Cultura,  
Dig.<sup>mas</sup> Autoridades Cíveis, Militares e Ecle-  
siásticas,  
Dig.<sup>mos</sup> Representantes Consulares,  
Minhas Senhoras e meus Senhores,  
Queridos Alunos:

As «Exposições Magnas» da Escola Superior de Belas-Artes do Porto jamais deixaram de inaugurar-se no ano comum aos binários que assinalam o termo de um ano lectivo e o início do imediato.

A excepção estaria precisamente reservada para a «XIV Magna» de 1965, quando mais desejaríamos que o tivesse sido em devido e oportuno tempo, a par de uma outra — «Dois Séculos de Modelo Vivo — 1765-1965» — ambas preparadas para emprestar especial significado às efemérides que pretendíamos distinguir, também a par dos nomes dos dois vultos que desejávamos e desejamos consagrar: — o de Vieira Portuense, no II Centenário do seu nascimento, e o de Calouste Gulbenkian, no X Aniversário da sua morte.

Nascimento e morte dar-se-iam uma vez mais as mãos, para de nós públicamente receberem as manifestações e protestos da maior gratidão.

A necessidade, pois, de nos situarmos em Novembro de 1965, ano que prevíamos para a inauguração simultânea daquelas duas exposições, obriga-nos a uma prévia justificação.

*A sua Excelência o Ministro da Educação Nacional, Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles, o "Centro de Estudos da Escola Superior de Belas-Artes do Porto" dedica este seu primeiro trabalho, em sinal de profundo reconhecimento pela respectiva legalização — 22/3/1966*

6 O acordo estabelecido, em princípio, entre a Universidade e esta Escola, com o objectivo único de pouparmos V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro da Educação Nacional, a deslocações frequentes a esta cidade, nem sempre cómodas ou suficientemente rápidas e garantidas, está na origem dos sucessivos adiamentos.

Com efeito, fazia parte do nosso programa comum procedermos, no mesmo dia, à inauguração das instalações que resguardam o precioso equipamento electrónico oferecido pela Fundação à Universidade e às exposições que, em homenagem ao patrono daquela Instituição, lhe dedica a Escola Superior de Belas-Artes do Porto. Simplesmente, o homem põe e Deus dispõe.

A complexa e demorada afinação do equipamento já referido, por um técnico estrangeiro especializado, que tornou imprecisa uma data que se tinha mais ou menos certa — primeiro — e as viagens que V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro da Educação Nacional, empreendeu às nossas províncias ultramarinas de Angola e Moçambique, e, em seguida, a Paris, contribuíram em larga escala para sobrestar as diligências que vínhamos cautelosa e intermitentemente promovendo.

Desobrigados, porém, do compromisso que assumíramos com a Universidade, por extrema gentileza e compreensão do seu Magnífico Reitor, só a persistência em renová-las fez o milagre.

E aqui estamos para agradecer, Senhor Ministro, o sacrifício de mais uma deslocação, e a todos que aqui vivem e trabalham a paciência e a solicitude que nos dispensaram nos momentos de incerteza, convertendo um acto de rotina num acontecimento de autêntica expectativa, que será para V. Ex.<sup>as</sup>,

7 — como o esperamos — extremamente compensador.

Assim V. Ex.<sup>as</sup> estejam na disposição de transigir no retrocesso que, pelas circunstâncias, somos obrigados a suportar, sem o que, as palavras que escrevemos em Novembro de 1965, aqui e além salpicadas de uma ou outra referência ou comentário, que o tempo consentiu lhes acrescentássemos, não corresponderiam às intenções que então nos moveram.

Entendidos, pois: — Novembro de 1965.

São para V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro da Educação Nacional, os primeiros e devidos cumprimentos de íntima satisfação, de profundo reconhecimento e de não menor respeito, ao cabo de mais um ano de trabalho. Um ANO SIM, para V. Ex.<sup>a</sup> — a julgar pelo número e qualidade das iniciativas levadas a efeito em tão curto espaço de tempo no departamento a seu cargo — e para nós também, a avaliar pelos benefícios com que em tão delicado rateio, como o que incidiu sobre as verbas do «Plano Intercalar de Fomento», em curso, que a V. Ex.<sup>a</sup> coube distribuir pelos numerosos sectores e serviços dependentes do Ministério da Educação Nacional e destinadas a «Fomento de Acção Educativa». Fomos favorecidos — é esse o termo — tal como se de uma bênção do Céu se tratasse; uns e outros — entenda-se — quando as actuais e singulares circunstâncias da vida nacional, todos predisusera a encararem um período de bem justificada e mais discreta actividade.

A presença de V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Prof. Doutor Ferrer Correia, do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian,

entre nós e neste momento, é-nos particular e duplamente grata. 8

Primeiro, porque é na pessoa de V. Ex.<sup>a</sup> que nos habituámos a ver congraçadas as mesmas virtudes — inteligência, argúcia, inesgotável capacidade de trabalho, cortesia, discernimento, cultura de espírito e persistência — com o mesmo expoente e em tão perfeita harmonia como as que distinguiram, em vida e para a eternidade, as do patrono daquela Instituição.

Em seguida, porque as duas exposições que hoje se inauguram, a «XIV Magna» e a designada «Dois Séculos de Modelo Vivo», são por expressa determinação do Conselho Escolar deste estabelecimento de ensino superior, com prévio louvor de Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional, e o assentimento do Conselho de Administração da Fundação, consagradas, reconhecidamente, à memória de Calouste Gulbenkian, no X aniversário da sua morte.

E agora, que já sabemos o que aqui nos trouxe, continuemos:

É da praxe fazer, no momento em que simultaneamente se dão por encerrados os trabalhos de um ano lectivo e lhe sucedem os do imediato, o balanço retrospectivo daquele, denunciando abertamente a origem dos êxitos e dos contratempos, sugerindo soluções e apontando deficiências que, na medida do possível, esclareçam quem superiormente se proponha cotejá-las e por essa via contribuam para o progressivo desenvolvimento das primeiras, e para a eliminação das segundas.

Cumpriremos o nosso dever na qualidade de Director desta Escola e em nome do seu Conselho Escolar, com a mais escru-

9 pulosa isenção, sem abdicarmos, contudo e desta vez, da mais grata expressão dos nossos pensamentos e de lhes acrescentar os devidos comentários, particularmente dirigidos, como é óbvio, a V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro da Educação Nacional.

Há cerca de um ano, a nossa então abalada saúde não nos consentiu fazê-lo com a habitual vivacidade e não permitiu, sequer, que acompanhássemos V. Ex.<sup>a</sup> no longo roteiro que muito interessadamente percorreu, quando da visita à nossa «XIII Exposição Magna».

Estamos certos que, de quantos nos assistem, poderemos contar com V. Ex.<sup>a</sup> entre os que desejariam ver-nos assim recuperados.

Não insistiremos, Senhor Ministro da Educação Nacional, no requisitório formulado pelo Professor Doutor Andrade Gouveia, Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra, quando da abertura solene do presente ano lectivo, por duas razões fundamentais:

A primeira, porque seria deselegante aludirmos mais uma vez aos aspectos negativos que affectam todos os graus de ensino e que se não são novidade para ninguém, o são ainda menos para V. Ex.<sup>a</sup>; em seguida, porque se alguns deles são comuns a todo o ensino de grau superior, universitário ou não, nem todos atingem, no sector do ensino artístico, a gravidade e agudeza salientadas no discurso de tão eminente reitor.

Isto mesmo significa que, à margem da legitimidade e intensidade dos lamentos proferidos, não pretendemos seguir-lhe as pisadas, mas antes reavivar algumas das que temos deixado bem gravadas no já tão longo caminho percorrido, e tendem, com o tempo, a extinguir-se.

Do breve inventário das mágoas e alegrias que nos feriram ou bafejaram no decurso do ano lectivo de 1964-65 — e não são os acasos de outra índole que mais decisivamente interferem na vida de qualquer estabelecimento de ensino, como na de todo o simples mortal — começaremos por nos referir às primeiras, às mágoas, para que a branda aragem das alegrias possa correr acima daquelas e a desilusão nos não arrefeça o forte estímulo de prosseguir.

Não esqueceremos, tão cedo, a simpatia, o claro e íntimo sentimento de aprovação — como se de coisa sua se tratasse — com que, há pouco mais de um ano, o Dr. Fernando Galvão Telles, que na qualidade de Chefe do Gabinete acompanhou V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro da Educação Nacional, na visita à «XIII Exposição Magna», se nos dirigiu, no aeroporto de Pedras Rubras, já de regresso a Lisboa, para nos comunicar, com o mais protocolar e discreto alvoroço, que se lhe afigurava estar de antemão deferido o pedido que, momentos antes, nesta mesma sala, fizéramos a V. Ex.<sup>a</sup>.

Ao seu irreprimível e sincero arrebatamento — e só o experimenta quem perante qualquer manifestação do espírito muito a estima ou passa a estimar — ficou a Escola Superior de Belas-Artes do Porto devendo, em grande parte — que V. Ex.<sup>a</sup> nos perdoe a ilação — a primeira excursão didáctica que empreendeu, para além da sua teórica zona de influência, a caminho da capital.

Na convicção, pois, de que foram aquelas raras virtudes no homem público, acrescentadas do favor em praticá-las, que mais contribuíram para definitivamente nos privar do seu convívio, daqui e nesta penosa dis-

11 posição, prestamos a maior homenagem que devemos à sua memória.

Uma nota, porém, não queremos deixar de lançar no livro das contas correntes desta Casa, relacionada com aquela excursão a Lisboa da nossa «XIII Exposição Magna».

As intenções com que a organizámos e levámos a cabo, manifestou-as a Escola desde logo e pela nossa voz, deste mesmo lugar: — as de humildemente, como então referimos, aguardámos da crítica cimeira, ou como tal considerada, uma palavra de estímulo, ainda que amarga, para nossa melhor orientação.

O silêncio dos mais responsáveis foi o que sobretudo nos surpreendeu e magoou, levando-nos a concluir que é bem mais fácil e sensacional denegrir reputações e exaltar os génios, ou os que servilmente os imitam, do que meter dente em manjar tão requintado como de difícil digestão.

Teremos que insistir e aguardar melhores dias.

Insistamos, pois, se V. Ex.<sup>a</sup> nos permite, Senhor Ministro da Educação Nacional, e aguardemos.

Mas não ficam por aqui as nossas mágoas.

A estas, outras lhes sucederam, que esperávamos fossem bem menos sombrias do que vieram, finalmente, a revelar-se-nos.

Referimo-nos ao jubileu, em Dezembro de 1964, do Professor Dr. Miguel de Mendonça Monteiro, decano do corpo docente desta Escola, e à prematura aposentação, por sua expressa vontade, de mestre Júlio José de Brito, seu legítimo herdeiro na lista de antiguidades, logo seguida de um acidente, de trágicas, imprevisíveis, mas fatais consequências.

Decidira o Conselho Escolar deste estabelecimento de ensino superior, a nosso alvitre, reuni-los numa única cerimónia de cunho familiar, para lhes manifestar o mesmo afecto que reciprocamente os ligava e com eles aprendêramos a cultivar.

O luto, porém, anulou todos os nossos intentos, e, para a dor de perdermos um tão bom e leal companheiro, só encontramos alívio na amizade que redobradamente passámos a dedicar ao que ficou.

Queira assim o Dr. Miguel Monteiro inscrevê-la no rol das suas recordações.

De súbito e, por isso mesmo, em consequência de mais recentes sentimentos de amargura, somos também levados a inscrever, na lista dos nossos queridos mortos, os nomes de mais dois grandes amigos desta Escola: Manuel de Figueiredo e António Pinto Machado.

No mesmo dia, os vimos partir para a derradeira jornada, e só a morte consentiu medir-lhes a real envergadura.

Deus os fez, Deus os juntou.

Que esta breve evocação seja o pre-núncio das homenagens que a cidade lhes ficou devendo — o melhor quinhão de uma aturada vigilância — homenagem que não deixará certamente de se lhes prestar, com o mesmo e coincidente fervor de que ambos são dignos.

Não só em nossas casas, porém, sucedem as desventuras.

Com a morte de Le Corbusier e de Jean Lurçat, não é apenas a França ou sequer a Europa que estão de luto, mas todo o Mundo que ambos percorreram de lés a lés e tornaram mais rico e fecundo, por cuja unidade se bateram, cada um a seu modo, com indelével estoicismo.

A Escola Superior de Belas-Artes do Porto não esquecerá as atenções e benefícios que deles directa ou indirectamente recebeu.

Das mágoas irreparáveis, passemos agora, às que são susceptíveis de correcção, ou mesmo de total supressão.

Começaremos por nos referir, enquanto o ferro está quente — pois V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro da Educação Nacional, regressou, há bem pouco tempo, de uma triunfal viagem ao Ultramar Português, onde presidiu à solene abertura dos Estudos Gerais de Angola e de Moçambique, — aos votos de congratulação que, em ofício de 24 de Agosto de 1962, ano em que aqueles foram instituídos, o Conselho Escolar endereçou a Sua Excelência, o então Ministro do Ultramar, Professor Doutor Adriano Moreira, ofício de que passo a ler o teor da última das propostas, no qual manifestávamos:

«a esperança de que o reconhecimento, por parte de Vossa Excelência, da urgência, importância e oportunidade do que se sugere, venha a acrescentar aos elevados propósitos, que conduziram à criação dos Estudos Gerais Universitários de Angola e Moçambique, o natural complemento de uma colaboração que tem por fundamental e imprescindível, em momento tão particularmente decisivo, e sem a qual a qualidade da obra que se pretende levar a efeito jamais poderá corresponder à sua própria sobrevivência».

Informados de que do seu conteúdo fora dado imediato conhecimento aos respectivos

Reitores, só em meados de 1964, ou seja, 14 cerca de dois anos depois, fomos solicitados, pelo Professor Doutor José Veiga Simão, a receber um seu representante para, entre outros problemas, estudarmos as possibilidades da colaboração por nós sugerida.

Momentos de ansiedade se lhe seguiram e nos levaram a olhar com fé e simpatia o convite ao tempo dirigido a alguns dos nossos melhores assistentes, o architecto Arnaldo de Araújo e o pintor António Quadros, e, para além destes, a um terceiro, esse apenas promitente candidato «em rodagem», o architecto Rui Pimentel, para prestarem serviços profissionais na província de Moçambique.

Tudo se conjugava — supúnhamos nós — para levar de vencida mais uma expedição em terras portuguesas de Além-mar.

Excedido, porém, e de muitos meses, o prazo de expectativa normalmente concedido a quem a tão longes terras se aventura, por dever de officio, a correr-lhe os riscos, somos levados a crer que qualquer inoportuno encontro terá interceptado a diligência.

Noutra hipótese, esta mais verosímil, devemos considerar: — não havermos procedido e actuado pelas vias competentes, consoante o formulário que regula os actos públicos, e, em particular, as específicas funções que desempenhamos.

De tal nos penitenciamos, Senhor Ministro, não sem contudo procedermos à avaliação dos prejuizos causados: — intermitências da função docente de alta qualidade, desânimo e contagiosa inadaptação dos que partiram, e, por fim, o desejo extemporâneo, mas irreprimível do regresso à Escola que lhes foi berço e casa, e só condições contratuais impedem que se verifique de modo imediato.

15 Entre as deficiências susceptíveis de correcção, pouparei V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro da Educação Nacional, à leitura do extenso relato das que, grandes ou pequenas, e por maior que seja a aparente humildade com que se apresentam — pois todas contam, por igual, no balanço a que estamos procedendo — têm sido objecto de sistemáticas e frequentes referências, mais importunas nestes últimos tempos, por força das sucessivas solicitações, a que obrigou o Plano Intercalar, para concessão de verbas destinadas ao Fomento de Acção Educativa, com o objectivo de acudir — é o termo — às mais prementes necessidades e até indigências de todos os serviços dependentes do departamento que V. Ex.<sup>a</sup> tão superior e firmemente dirige.

Que aquele Plano não é letra morta, sabem-no já, por experiência, muitos dos estabelecimentos de ensino subordinados às várias Direcções-Gerais, e outros serviços de maior ou menor autonomia, igualmente dependentes do Ministério da Educação Nacional.

Não estranhará V. Ex.<sup>a</sup>, por certo, que confessemos a incredulidade com que preenchemos o questionário que, para avaliação das nossas privações, nos foi enviado pela Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, só comparável à emoção que experimentámos e ao estímulo que para nós representou tão extraordinária como imprevista ultrapassagem, que, de momento, como já anteriormente afirmámos, tínhamos por impraticável.

Os votos que nos cumpre formular, em protesto de profunda gratidão, Senhor Ministro, são os de que V. Ex.<sup>a</sup> possa, nestes anos mais próximos — não tanto por nossas virtudes, mas em louvor de uma secular tradição de que esta Escola é penhor e nos cumpre

continuar e enaltecer — avaliar até que ponto fomos merecedores daqueles benefícios e em que medida devemos continuar a merecê-los.

Como ficou dito, pouparemos V. Ex.<sup>a</sup> à leitura de tão extensa relação.

Não nos furtaremos, porém, à menção das rubricas e verbas com que fomos contemplados, no ano de 1965, para melhor discorrermos acerca do que interessa pôr em evidência.

Sob diferentes designações, coube-nos a importância total de 175 contos, assim distribuída:

#### Acção cultural extraordinária

1 — Duas exposições itinerantes de carácter didáctico . . . 25 contos

#### Publicações de obras

1 — Publicação de trabalhos . . . 30 contos

#### Outras iniciativas

1 — Duas bolsas de estudo trimestrais para adaptação do pessoal menor a tarefas específicas . . . 15 contos

2 — Equipamento da biblioteca e reforço de bibliografia e material fotográfico . . . 50 contos

3 — Catalogação, defesa e estudo da colecção de gravuras antigas da E.S.B.A.P. . . 25 contos

4 — Catalogação, estudo e restauro da colecção de pinturas e esculturas antigas . . . 30 contos

Total . . . 175 contos

17 Muitas outras sugestões de capital importância para a vida escolar deste estabelecimento de ensino superior, de tão peculiares características, formulámos, em resposta àquele modelar questionário, que ficaram, como se compreende, por satisfazer.

Atentemos, em seguida, que quase todas essas sugestões e propostas, entre as quais algumas das que só parcialmente foram atendidas e muitas das que o não puderam ser, numa primeira e cremos que bem esclarecida tentativa de tudo harmonizar, se enquadrariam, a primor, nas actividades que a um Centro de Estudos caberia promover.

Senão, vejamos.

Começaremos pelas que foram agrupadas em três dos oito capítulos que constituíam aquele questionário, e, por sua vez, distribuídas pelas seis rubricas já referidas, entre umas boas dezenas das que submetêramos a superior julgamento.

Nada a objectar — bem pelo contrário, como dissemos —, pois método diferente do estabelecido, que se não tivesse previamente apoiado, numa primeira análise e por aproximação, em critérios de preferência ou de prioridade, não teria consentido proceder a uma selecção equilibrada, em tempo mais do que restrito, entre alguns milhares de propostas de toda a natureza.

E o facto extraordinário é que o foi, com bem significativa equidade.

Ao primeiro dos capítulos considerados, designado por «Acção Cultural Extraordinária», coube-nos a verba de 25 contos, para organização de «duas exposições itinerantes de carácter didáctico».

Supomos ter correspondido e corresponder aos naturais anseios de V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro, tendo começado por optar, entre

as muitas soluções que nos acudiram, pela mais notável lição que em qualquer tempo terá sido transmitida à posteridade, por artistas nacionais, e propondo, em seguida, que as duas exposições a cuja inauguração V. Ex.<sup>a</sup> nos concedeu a honra de presidir — a «XIV Magna» e a dos «Dois Séculos de Modelo Vivo» — constituam, em conjunto, as exposições itinerantes já referidas.

Se a estas houver maneira de acrescentar a satisfação do compromisso, por mais de uma vez reiterado pela Fundação Calouste Gulbenkian — a que só nós temos faltado — de fazer também, e simultâneamente, circular pelo País uma terceira exposição — a da colecção dos «Desenhos dos Séculos XVI a XIX» — e se tornar fácil reuni-las num único recinto, que ofereça condições de ser convenientemente seccionado, creia V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro, que a lição será ainda maior e dificilmente suplantada.

Para levar a efeito este programa, é óbvio que não bastará a importância do subsídio oficial concedido, mas também é verdade ser de interesse geral o que propomos e de presumir que, com tal fundamento, acorram ajudas de outra natureza, que facilitem o seu integral cumprimento.

Quanto a «publicação de trabalhos», para que foi inscrita a verba de trinta contos, dispõe a Escola de um vasto, riquíssimo e recente arquivo de estudos, que seria de grande utilidade fazer editar, favorecendo a sua mais larga divulgação.

Sucede, porém, que se os inquéritos de que dispomos não forem acompanhados de toda a documentação gráfica que lhes deu origem e em que se firmam todas as propostas e comentários indispensáveis à percepção das intenções que nos conduziram

a considerar a sua prática como a mais viva, actual e sedutora lição que podemos oferecer aos alunos que nesta Escola frequentam a cadeira de «Arquitectura Analítica», todo o rendimento, que bem poderia exceder o essencialmente pedagógico, correrá o risco de se perder. Deste facto tomaram oportunamente conhecimento, por mais directamente interessados na matéria, os ilustres presidentes das autarquias locais, sobre cujas jurisdições aqueles têm sistemáticamente incidido.

Os interesses que, nestas diligências, logo se verificou serem comuns, propor-se-iam gerar o clima mais favorável para que aos patrimónios municipais em causa — Porto e Matosinhos — se restituísse o que dos respectivos aglomerados urbanos fosse ainda possível recuperar da sua história, ou se tornasse forçoso sanear e reestruturar, para sua mais digna e humana compostura.

Informados, de que embora prontos a conceder os necessários subsídios para publicação daqueles inquéritos, algumas disposições legais os impedia de prestarem auxílio financeiro a entidades ou organismos directamente dependentes de qualquer departamento do Estado, mais uma vez nos ocorreu o Centro de Estudos, que logo ficou demonstrado ser instrumento de trabalho com suficiente autonomia para poder usufruir de tal privilégio.

Passemos, por último, a «outras iniciativas».

Em número de quatro, afigura-se-nos vantajosa a ideia de fazer conjugar a primeira — «Duas bolsas de estudo para adaptação do pessoal menor a tarefas específicas» —, logo tida por bem significativa e providencial, com as duas últimas, que se referem,

uma à «Catalogação, defesa e estudo da colecção de gravuras antigas da ESBAP», e a outra à «Catalogação, estudo e restauro da colecção de pinturas e esculturas antigas».

Por certo, não terá sido outro o pensamento, ao acordá-las em bloco, senão o de preparar aquele pessoal para os serviços inerentes à necessidade de recuperar e preservar, das maleitas do tempo e das andanças, um tão valioso património de que são prova e escasso mostruário a exposição dos «Dois Séculos de Modelo Vivo», a inaugurar em seguida, já montada sob o signo de tão oportunas medidas, como as que V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro, se dignou outorgar.

Contudo, na sua aparente singeleza, tem para nós outro e bem mais profundo alcance, o sentido que V. Ex.<sup>a</sup> terá muito intencionalmente procurado emprestar àquela primeira prescrição.

Se é evidente que a V. Ex.<sup>a</sup>, mais do que a outrem, cumpre fomentar por todos os meios — que já não são poucos ou tão discretos que passem despercebidos — a elevação dos níveis cultural e profissional da nossa grei, não é menos claro que a V. Ex.<sup>a</sup> cabe igualmente o direito de procurar recuperar o tempo perdido, através de cursos de formação acelerada e de todo um sistema expedito de divulgação de conhecimentos, com vista à preparação de pessoal qualificado a todos os escalões, dentre os quais somos levados a salientar os que, procedentes e legítimos, V. Ex.<sup>a</sup> sugere com impressionante oportunidade, naquela disposição.

É sem dúvida uma prova de coragem invulgar, quando, em momentos de apuro como os que estamos vivendo, V. Ex.<sup>a</sup> pro-

21 cura apoiar-se na pluralidade das congénitas aptidões do homem português, sem intuítos de mesquinha especulação, para delas procurar extrair um rendimento e uma qualidade de trabalho sectorial de excepção. Outros, que não nós, que sabemos por experiência própria quanto é apreciada e apetecida a mão-de-obra nacional, seja ela desta ou daquela cor, se têm servido das mesmas virtudes, embora não tão desinteressadamente.

Ocorrem-nos, de momento, dois exemplos que, quantitativa e qualitativamente, constituem paradigmas da argúcia dos que, dos nossos talentos naturais e boa fé, vão destes predicados colhendo o doce fruto, e promovendo, com incrível subtileza e presumida solicitude, a progressiva desorganização do trabalho nacional, nos sectores que, sem doentio saudosismo, a grande família dos artistas portugueses se encontra mais empenhada em proteger.

Vamos ao primeiro.

Quando há anos estivemos em África, por dever de ofício, foi-nos facultada a oportunidade de sermos esclarecidos acerca das origens de uma estranha e periódica competição que, em vésperas das campanhas, por vezes simultâneas, do algodão, do açúcar, do café, do sisal, e de tantos outros produtos daquelas fertilíssimas terras, se reacendia entre as grandes empresas ultramarinas, para se garantirem, já não diremos do melhor, mas do maior rendimento dos muitos milhares de trabalhadores indígenas que, para o efeito, se viam na necessidade de contratar.

Não era, porém, indiferente, o lugar onde recrutá-los, e daí a rivalidade que se estabelecia.

Sabido que, quando em magotes, perfi-

22 lham, enquanto gesticulam ou se movimentam naquelas tarefas, o ritmo mais conforme ao das suas danças ou batuques tradicionais, a referida concorrência incidia particularmente na maior ou menor aceleração que as diversas tribos imprimissem àquelas demonstrações.

Preto é, galinha o põe.

O outro exemplo, este de data mais recente, é o que, para recrutamento de pessoal por uma firma estrangeira, que se propõe instalar, nas cercanias da cidade de Braga, uma unidade industrial para montagem de transístores, instrumentos de extrema delicadeza na sua requintada execução, os seus responsáveis assentaram em que aquele deverá ser recrutado, de preferência, entre as rendilheiras de Vila do Conde e os filigraneiros de Gondomar — as primeiras, por suas mãos de fada, e estes, pela sua subtil destreza no manejo do maçarico.

E lá se vão as rendas e a filigrana em troca dos transístores.

É o que podemos classificar de autêntica magia oriental.

A lei da oferta e da procura encerra, contudo, para além do seu intrínseco pudor, as suas limitações, e é muito possível que venha a ser-nos funesta a indiferença com que aceitamos, desvanecidos, mais um gesto de bizarra filantropia.

Perdoará V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro, e perdoarão V. Ex.<sup>as</sup>, que tão largamente conjecturemos acerca da nossa vida e de problemas que só aparentemente podem ser tidos por estranhos às nossas preocupações, mas tenha-se em atenção que é esta a única oportunidade que se nos oferece de publicamente o fazermos, na medida em que melhor podemos cotejar as implicações inerentes a

23 processos e fenómenos de capital importância, e alertar a consciência de quantos nos ouvem para estas comezinhos realidades.

E pôr-se-ia, assim, a grande dúvida: — em que sector da vida portuguesa deverá ter-se por impertinente ou supérflua a presença do departamento da Educação Nacional?

Em nossa modesta opinião, nenhum.

Deste arrazoado deverá também concluir-se ser necessário e prudente reverem-se as condições de recrutamento, promoção e remuneração de todo o pessoal, qualquer que seja a sua categoria, mas, em particular, do administrativo, do técnico e do menor, para que, especialmente este último, com as naturais aptidões com que nasceu e a facilidade de adaptação de que dispõe, possa, munido de mais uma ferramenta que se lhe oferece, e seduzido por tarefas da sua predilecção, esquecer todo o propósito de desertar dos quadros do funcionalismo público, facto que, com mais frequência do que seria de desejar, se tem verificado em crescente intensidade, até ao desespero.

A Escola Superior de Belas-Artes do Porto é, pela multiplicidade dos problemas e necessidades indissolúvelmente inerentes à sua complexa orgânica, o mais vivo paradigma das razões que proclama e da legitimidade dos votos que formula.

Seria injusto, contudo, não atribuir à boa estrela que nos tem favorecido com pessoal de excepção, do docente ao menor, passando pelo administrativo e técnico, este em número restrito, por carência de instalações apropriadas, o singular rendimento de um autêntico e homogêneo grupo de trabalho, e o êxito das iniciativas, sem confronto, a

que obrigam a tradição e os pergaminhos desta Casa, tidos, colectivamente, como pontos de honra.

E valeria bem a pena lutar por sua dama, se a extrema coragem e a espontaneidade com que V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro da Educação Nacional, encarou o problema, não fossem, só por si, garantia de melhor patrocínio para mais adequada e pronta resposta de Sua Excelência o Ministro das Finanças.

Tenhamos presente que tudo isto veio em intenção dos subsídios concedidos, por V. Ex.<sup>a</sup>, para «bolsas de estudo para adaptação do pessoal menor a tarefas específicas», e para «Catalogação, defesa, estudo e restauro das colecções de pinturas, esculturas e gravuras antigas», que constituem raro e valioso património do Ministério da Educação Nacional, à guarda deste estabelecimento de ensino superior.

Se, para satisfação de tais prescrições, pudemos contar com o interesse e a alta competência de todo o pessoal especializado da oficina de Restauro do Museu Nacional de Arte Antiga, que agindo sob a direcção do Pintor Abel de Moura, antigo aluno desta Casa e actual director daquela, ali trabalha, não é menos verdade ter sido igualmente possível pormos à prova, desde então, as naturais aptidões do nosso pessoal menor, em face àquelas específicas tarefas, que um breve estágio junto daquele organismo afeiçoará, à medida das indissolúveis responsabilidades que acarretam.

A uns e outros, pois, dirigimos os mais sinceros protestos de profunda gratidão.

Para esgotarmos este capítulo, falta-nos apenas uma referência ao subsídio de 50 contos, concedido por V. Ex.<sup>a</sup>, para «equipa-

25 mento da biblioteca, reforço de bibliografia e material fotográfico».

Se há estabelecimento de ensino em cujo orçamento qualquer rubrica deva manter-se incessante e substancialmente assinalada, é óbvio ser esta a que prioritariamente também deverá afiançar a sua constante mediação, no mais actual e actuante processo de esclarecimento da juventude que lhe está confiada: — o audio-visual, tão da simpatia de V. Ex.<sup>a</sup>, como da nossa imprescindibilidade.

Quando atrás afirmamos serem óbvios estes pretextos, apenas pretendemos insinuar ser a «autocrítica» o mais firme, senão o único suporte de um sistema progressivo de ensino, seja qual for o domínio em que se manifeste, exerça ou desenvolva, a caminho da obra definitiva, e ser também a «imagem», o fulcro de todo o processo de análise susceptível de apurar aquela rara faculdade.

E foi para satisfazer este programa banal, que a Escola, dispondo apenas de um velho epidioscópio, que acabou os seus dias em tão franca debilidade, que mais não fez do que deteriorar ou inutilizar documentação de mestres e de alunos, que generosamente a submetiam àquele inglório sacrifício, que uns e outros decidiram consentir na utilização dos seus próprios arquivos e aparelhagem de projecção.

E cá fomos vivendo, Senhor Ministro, sem afrouxar a persistência com que solicitávamos superiormente, mas sem proveito, o fornecimento de certo tipo de aparelhagem que sabíamos estar em larga distribuição por outros estabelecimentos de ensino, e, com particular profusão, por Liceus, Escolas Técnicas e de Artes Decorativas, etc., etc., etc.

26

Quebrado o encanto, por obra e graça de V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro da Educação Nacional, procedemos muito recentemente à aquisição de uma vasta bibliografia; à de cerca de dois milhares de diapositivos, e à de um único aparelho de projecção, sem o qual aquela prévia operação não teria qualquer significado.

São, porém, muitas, as aulas que carecem deste tipo de equipamento e insuperáveis as dificuldades que se nos deparam, sempre que verificada a necessidade, aliás frequente, de as fazer funcionar às mesmas horas, pelo que nos cumpre solicitar da atenção de V. Ex.<sup>a</sup> as medidas que tendam a eliminá-las.

Para as completar neste sector, Senhor Ministro, fica de pé a urgência de ser convenientemente equipado este magnífico auditório, onde muitas e magistrais lições têm sido e estão sendo proferidas, tais como as que, sob a égide da Fundação Calouste Gulbenkian, e superiormente autorizadas, constituem o «ciclo de lições de introdução à estética contemporânea», que os alunos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto deliberaram, pela voz do Professor Dr. José António Ferreira de Almeida, dedicar aos estudantes do ensino superior desta cidade.

Consinta V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro, que não deixemos fugir a oportunidade que decorre desta referência, para recordar o nível de outras iniciativas e manifestações de índole cultural, de que têm sido palco e cenário várias outras dependências desta Escola, e de mais uma vez agradecermos a compreensão que, para as levarmos a efeito, nos tem sido dispensada pela Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, ao

27

autorizá-las, e a colaboração magnânime-mente oferecida pelo Secretariado Nacional da Informação — aqui, como em Lisboa —, pela Fundação Calouste Gulbenkian — como sempre —, pela Câmara Municipal do Porto, pelos Institutos Culturais estrangeiros, com delegações nesta cidade, pelo Centro de Estudos Humanísticos, pela Juventude Musical e pelo Cine-Clube do Porto.

Traduzidas em exposições — retrospectivas ou contemporâneas —, conferências, recitais, concertos, cursos de aperfeiçoamento e de actualização, exibição de filmes de curta e longa metragem, etc., são, em particular, as «retrospectivas», e a perseverança em promovê-las com a possível assiduidade, que mais prendem, de momento, os nossos sentidos, e acordam em nós o propósito de transmitir, às gerações mais recentes, as grandes lições do passado, para melhor prevenir o futuro.

O problema é, porém, e por demais, sério e complexo, para que nos firmemos apenas nessa trama de raízes tão superficiais, como de largo mas periclitante colo. Há que procurar outras, bem mais robustas e não tão à flor da terra, e, dessas, passaremos a ocupar-nos em seguida.

O ensino organizado das artes plásticas em Portugal e, particularmente, no Porto, por força de mais larga tradição, ultrapassa um século de existência — mais rigorosamente, 129 anos.

Até então, fora bem nómada a sua prática, e nem todos os ramos que aquele termo hoje estreita gozavam da mesma reputação.

O «desenho» era, ao tempo — e muito bem, pelos vistos —, o prato forte de que

28 todos se serviam para avaliação das aptidões artísticas dos que, na meninice, já apurados o paladar e o olfacto, revelavam «habilidade» latente para o seu exercício, e por essa via se emancipavam os que daquela pretendiam fazer modo de vida.

Na «Escola da Porta do Olival», onde João Pillement pontificou; na «Aula de Desenho e Debuxo», que a «Companhia dos Vinhos do Alto Douro» criou e borrifou com todo o espírito de que podia generosamente dispor, até à «Aula de Desenho», que acabou por instalar-se na «Academia Real de Marinha e Comércio», só o desenho contava, excepção feita de raras experiências, como a levada a cabo por Domingos Sequeira, na tentativa de ensinar pintura aos cinco melhores alunos da sua aula de debuxo que, para o efeito, elegera.

Só a partir de 1836, com a criação da «Academia Portuense de Belas-Artes», começa a alterar-se o panorama, se bem que a «Aula de Architectura Civil» funcionasse no seio, nem sempre morno, da extinta «Escola Polytechnica», e a de «Escultura» fosse ainda bastarda do movimento convergente dos jovens aprendizes de santeiros e entalhadores das redondezas, a caminho da cidade, muitos deles de sacola ao ombro, um bom naco de broa, não raras vezes de tamancos ou bota cardada, magro pecúlio, alma pura e sagrada ignorância.

A prática da Pintura prevalecia sobre a das suas irmãs de leite — a Architectura e a Escultura — se bem que ao tempo fosse vulgar, senão obrigatória, a frequência simultânea das três disciplinas fundamentais, à margem das que lhes serviam de suporte.

Nem de outro modo se explica que aqueles exercessem indistintamente qualquer dos

29 três officios, consoante os ventos ou o serôdio despertar de novas preferências, e succedessem, embora acidentalmente, mas com pleno êxito, aos lentes proprietários, no exercício da função docente, em determinado sector, ainda que todo o prestígio de que pudessem gozar lhes adviesse da prática de bem distinta actividade.

Para esta vida tranquila e aliciante, num mundo recheado de quimeras, muito contribuía a autoridade paterna, a que se juntavam, de moto próprio, a crença dos Senhores Abades e a afeição dos mestres, trindade sobre que repousava toda a formação moral, espiritual e profissional dos nossos futuros feiticeiros e mais próximos antecessores.

Os anos correram céleres, e falida ou em franca decadência a intervenção do poder paternal na educação da juventude, como muito bem acentuava, há dias, numa despreziosa mas exemplar palestra, o Senhor Conde François de Rose, ilustre Embaixador da França em Portugal, só o prestígio do que àquela possa afigurar-se inatingível, ou fruto proibido, fica incólume e em condições de acordar a única ascendência válida de um processo lento, mas seguro, de conduzir essa mesma juventude a porto de salvamento.

Somos chegados ao que mais convém referir, posto ser tão-sòmente juventude a grande e única razão de ser de mais uma sessão pública de trabalho, à qual V. Ex.<sup>a</sup> se digna presidir, Senhor Ministro da Educação Nacional, para mais directamente tomar conhecimento dos problemas fundamentais que interessam à sua formação, relacionada esta com o maior, ou menor, mas real benefício dos préstimos que venham a ser-lhe acordados.

Sem a conciliação destes dois aspectos, convenientemente ajustada às necessidades de momento e do mercado, no meio social de que são parte, o seu futuro continuará a ser, sobretudo para os mais aptos e conscientes, fonte inesgotável de desenganos.

É a favor destes que mais fervorosamente intercedemos, Senhor Ministro, ainda que sejamos constringidos a ilibar de maiores responsabilidades os que se aproveitaram de disposições legais para, num abrir e fechar de olhos, ascenderem à função docente, sem a indispensável e mais adequada preparação para a exercer.

Várias vezes nos temos referido ao desprestígio que para este estabelecimento de ensino superior advém, em resultado daquelas disposições e facilidades, sem que até ao presente nos tenham sido facultados os meios de actuarmos em legítima defesa e de nos creditarmos émulos dos mais devotos servidores do departamento da Educação Nacional.

Que V. Ex.<sup>as</sup> nos perdoem estas fumaças.

A vida corre sempre à nossa frente e cada vez, mais vetiginosamente, as necessidades e solicitações do meio em que estamos integrados variam, ano após ano, dia a dia, hora a hora, e torna-se forçoso prepararmo-nos para as satisfazer.

A mais pequena desatenção será, sem ironia, a morte do artista, e temos as nossas dúvidas de que, mesmo a longo prazo, seja possível admitir a solidez ou, sequer, a validade da «Profecia» que Carlos Queiroz, esse admirável poeta da juventude, dos anos trinta, vaticinou, nestes termos:

Poetas: esperem com paciência  
que a humanidade, um dia, (quase morta)  
à mingoa d'alma, a civilização,  
vergada ao peso inglório da ciência,  
há-de um dia mendigar à nossa porta  
a esmola de uma canção.

Bons tempos, dir-se-á!

Não iremos tão longe.

Afirmamos — isso sim — serem outros e bem diferentes os que vivemos, mas igualmente belos.

É verdade que as vacas emagreceram nos prados verdejantes e floridos onde as apascentavam, mas é certo terem-lhe sucedido os mais singulares derivados que as prendem às manjedouras, onde são artificialmente arroadas e até fertilizadas.

Nos campos onde outrora cresciam viçosas hortaliças, que, do Minho ao Algarve, abasteciam os aglomerados vizinhos, erguem-se, a ritmo alucinante, unidades industriais, a breve trecho solenemente inauguradas e benzidas. É, pois, outro, o pão nosso de cada dia.

O Mundo transfigurou-se e, com ele, a própria essência dos conceitos que o administravam, a excepcional amplitude das tarefas que a alguns departamentos da governação pública competiria passarem a exercer, e, para nós, mais uma vez a grande interrogação: — em que sector da vida portuguesa pode ter-se por estranha ou de somenos importância a acção do Ministério da Educação Nacional?

Em nossa modesta opinião, como já dissemos, nenhum, e é, a partir desta evidência, que há muito se vem impondo a introdução, nos programas das escolas de ensino artístico, de novas disciplinas e, por força destas, de apropriadas instalações para sua prática e mais larga difusão, com o que só

têm a lucrar todos os que, indistintamente, se propõem frequentar qualquer dos cursos instituídos nas Escolas Superiores de Belas-Artes — Architectura, Pintura ou Escultura —, mais os que da sua especial competência alguma coisa apeteçam.

São, pois, de índole diferente as deficiências e imperfeições, umas e outras susceptíveis de correcção, que hoje suportam as duas Escolas ligadas àquele tipo de ensino:

- a) Finalidade e orgânica dos cursos;
- b) Programa de instalações.

Dissertemos sobre a primeira destas ali-neas.

Voltamos, ainda que por outras razões, a eleger o ensino do «desenho» como suporte basilar de toda a actividade artística, não já, como deve deduzir-se daquela restrição, à maneira tradicional, mas como meio de dominar uma linguagem — só fácil na aparência — em beneficio exclusivo do culto pleno da forma.

Aquela não se adquire, porém, e apenas, através da cópia, mais ou menos servil, dos exemplares da antiguidade clássica ou de modelo vivo, mas tal como muito bem a entendeu e praticou, durante os anos em que nesta Escola assumiu a regência da cadeira, o Professor Lagoa Henriques.

Foi, com efeito, na variedade dos motivos e na inteira liberdade de escolha dos elementos, vivos ou inertes, que os reinos da natureza poderiam oferecer à curiosidade de cada aluno, que nesta Escola foi possível estabelecer, não o programa, mas os princípios orientadores que informam a cadeira, muito mais importantes do que aquele.

Foi, pois, e ainda, no estudo e na interpretação, até à transfiguração, de um sem número de puros ou híbridos exemplares da

natureza e aspectos da vida real — uma zona bem característica do velho burgo, um lugarejo, uma nobre ou humilde casa, os utensílios domésticos, qualquer peça de vestuário ou mesmo de calçado, uns ossos vadios, um simples mocho, umas extravagantes raízes ou delicadas ramagens e flores, um retrato, um seixo, um sólido geométrico, uma letra, um algarismo, um sinal — que se encontrou tudo quanto serviu de pretexto para uma exaustiva análise da forma e da função.

A cor, viria por acréscimo.

E eis-nos em presença de outra tríade, no comando das operações.

Mas, não só ao Professor Lagoa Henriques se ficou devendo a iniciativa do acerto — digamos mesmo do discernimento —, mas à coordenação de esforços e à clarividência de todos os professores das «iniciações»: Octávio Filgueiras, que arrematou as Architecturas Analíticas, Júlio Resende e Gustavo Bastos que se ocupavam, respectivamente, dos primórdios da Pintura e da Escultura.

Aquela mesma iniciativa constituiu, a par da experiência no mundo inesgotável das artes gráficas, levada a cabo pelo Professor Armando Alves, na cadeira de «Pintura Decorativa», o binário que deveria decidir-nos a sugerir superiormente o reconhecimento oficial dos dois já referidos ensaios, e, mais recentemente, a propor que, sem prejuízo da actual orgânica dos cursos e no âmbito daquela disciplina, seja esta Escola autorizada a instituir o ensino das «Artes Poligráficas», de tão ridente futuro, e a solicitar o necessário apoio financeiro para preparação dos elementos do seu corpo docente mais indicados para o exercer.

Será, porventura, inútil referir que o ensino desta matéria é complementar de

um outro, o do «Industrial Design», ou mais simplesmente «Design» — designações a que muito intencionalmente nos abstemos de emprestar as equivalentes em língua portuguesa, não vá estar por aí algum representante da Liga de Profilaxia Social — e que só o ensino coordenado das duas pode resultar totalmente proveitoso.

Entenda-se, porém, que sendo estas gémeas e filhas legítimas do «Desenho», é, mesmo em absoluto, e dada a estéril preparação dos que começam — até porque não têm onde —, manifestamente insuficiente o tempo que o plano de estudos fixa para o ensino desta disciplina fundamental: 4 horas semanais (2 × 2) de «Desenho de Estátua», comuns aos três cursos, no primeiro ano, e, no segundo, já só dedicadas aos de pintura e escultura, 6 horas semanais (3 × 2) de «Desenho de Modelo Vivo».

E é tudo. Confessemos que não faz sentido!

Nessa crença, e de acordo com o sector mais interessado, fizemos uma tentativa, a que não foi possível dar continuidade, no propósito de o dilatar.

O objectivo não seria, contudo, e em exclusivo, procurar resolver o problema interno da «escassez», mas ainda o externo, da «privação».

Não existindo, nesta cidade, um organismo, tal como em Lisboa a Sociedade Nacional de Belas-Artes, capaz de suprir aquelas carências, ainda que, por via de cursos nocturnos, entendeu a Delegação do Norte do Sindicato Nacional dos Arquitectos, em boa hora, chamar a si a iniciativa de desempenhar esse eventual papel.

Bem haja!

35 De colaboração com esta Escola, que, na medida do possível, forneceu o parco material didáctico de que podia dispor — gessos, cavaletes e pouco mais —, instituiu aquela Delegação um «Curso Livre de Desenho», que nem por funcionar lá para os lados das Virtudes — na Cooperativa ÁRVORE — e ser, por nossa sugestão, orientado por Mestre Dordio Gomes e dirigido pelo Pintor Abel Mendes, de invulgar capacidade pedagógica, conseguiu atrair frequência em número suficiente que justificasse tão árduo sacrifício.

Estamos em crer, Senhor Ministro, que, ou por excêntrico, ou por não dispor de instalações aliciantes e apropriadas, ou por falta da necessária propaganda, ou, ainda e muito possivelmente, por todas estas causas a um tempo, se terá verificado o insucesso.

Chegados a este ponto, é-nos fácil concluir não podermos, sob várias penas, de que não será menor o sacrifício que estamos impondo a V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro, e a todos os presentes, debruçarmo-nos sobre outros temas, com a mesma profundidade e quase obstinação que nos prenderam a este do Desenho.

Por e para alguma coisa, porém, fomos obrigados a fazê-lo: — por se nos afigurar continuar a ser o desenho teste e fulcro de todo o processo de observação, e, por suas mais raras virtudes, merecer cuidados e honras de primado entre toda a matéria de iniciação, não só de qualquer actividade artística, mas, para além dela, no mundo maravilhoso do conhecimento, primeiro, e de comunicação, em seguida; e para solicitar de V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro, que esta Escola seja autorizada a instituir, com as inerentes implicações, já não diremos um Curso de

Desenho Livre, mas um Curso Livre de Desenho. 36

Como dissemos e voltamos a repetir, outros capítulos, ou melhor, outras matérias exigiriam igual tratamento, e, deste, por certo afluiriam, sucessivamente, os nomes e feitos dos professores e assistentes desta Escola, onde cada um se terá excedido nos sectores de que são ou têm sido responsáveis, com o mesmo espírito e competência de que, sem distinção, se vangloriam mestres e alunos.

Algumas referências faremos, contudo, à acumulação excessiva destes últimos — a roçar pela centena —, nalgumas aulas dos dois primeiros anos, número incompatível com as críticas e observações que em quase todas, e por força de exigências vinculadas a um tipo de ensino tão peculiar, deveriam ser objectivamente dirigidas a cada trabalho e especialmente dedicadas a cada tipo de aluno.

Se tivermos em atenção a dissemelhança que todos torna distintos, avaliar-se-ão as dificuldades de orientar o ensino, face a tão exagerada concentração nalgumas disciplinas, confiado, por sua vez, à responsabilidade de um único professor.

Estão, neste caso particular, o «Desenho de Estátua», comum aos três Cursos, as «Iniciações» e as «Tecnologias», estas comuns aos de Pintura e de Escultura, no primeiro ano, e, no segundo, o «Desenho de Modelo Vivo» e a «Anatomia», igualmente comuns àqueles dois cursos, a «Pintura do Natural» e a «Escultura do Natural».

Um ligeiro reajustamento a novas circunstâncias e o regresso a uma situação mais estável dos elementos do corpo docente que a Direcção-Geral do Ensino Superior e das

37 Belas-Artes tem permitido contratar, além do quadro, por força de um orçamento ordinário, que tão cedo será totalmente absorvido pelo provimento integral de todos os lugares daquele, ainda vagos, são medidas que submetemos ao julgamento de V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro.

Estamos crentes, porém, que a autoridade de uma disposição que consentisse dilatar o número restrito de assistentes — 2 — nos 5.<sup>o</sup> e 6.<sup>o</sup> grupos — Pintura e Escultura —, inicialmente proposto em condições de igualdade com os atribuídos ao 1.<sup>o</sup> grupo — Arquitectura (4) — e a consideração dos que se verifica serem indispensáveis ao reforço de uma assistência, que temos por extremamente defeituosa e deficitária, contribuiriam para resolver satisfatoriamente estes pequenos problemas.

Pequenos, sem dúvida, Senhor Ministro, em confronto com o que muito intencionalmente deixamos para o final deste capítulo, e que, por mais delicado de quantos nos foram impostos por uma nova orgânica, carecem de análise serena, por um lado, e, por outro, como se verá, exigem precauções e medidas que só V. Ex.<sup>a</sup> poderá definir e promulgar.

Todos os anos, Senhor Ministro, excepção feita do último, que, deste mesmo lugar e nesta conjuntura, nos temos referido, embora nem sempre de bom humor, aos problemas que têm surgido em resultado dos alunos que se destinam ao Curso de Arquitectura serem, no período do biénio propedêutico, obrigados à frequência simultânea desta Escola e da Faculdade de Ciências.

Se, por um lado, a circunstância de termos procurado, por todos os meios ao nosso alcance, que por vezes envolveram sentimen-

tos de verdadeiro pudor, contrariar, na origem, as fatais consequências desse preceito legal, nos conduz à mais restrita moderação, somos, por outro, forçados, a reconhecer que um problema corrente de índole meramente pedagógica, a que não foi possível incutir a necessária unidade, se transformou, num abrir e fechar de olhos, num caso de pura consciência, que nos obriga a submetê-lo a superior julgamento.

É o momento de agradecermos ao antigo Reitor da Universidade do Porto, o Professor Doutor Amândio Tavares, por seus dotes de cristianíssima bondade e de compreensão, todos os esforços tenazmente praticados no sentido de as evitar, e ao seu actual e Magnífico Reitor, o Professor Engenheiro Manuel Correia de Barros, o que presumimos terá feito para debelar uma crise latente, que a ninguém aproveita.

Posto isto, se concluirá que de bom grado nos furtaríamos voltar ao assunto, se, de facto, os elementos de que já podemos dispor, ao cabo de quase dez anos sobre a reforma de 1957, não falassem como gente.

Sem renegarmos a procedência e o tom das afirmações que ilustraram outras intervenções aqui proferidas, esta será, predominantemente, acompanhada de números e comentários que a ninguém, e sobretudo a V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro da Educação Nacional, deixarão quaisquer dúvidas.

Como dissemos, vamos a caminho da primeira década sobre a reforma de 1957, e até esta data ainda nenhum aluno da Escola, concluído o Curso de Architectura, se candidatou à prova final, bem mais simples e menos onerosa do que a exigida pela anterior orgânica, para obtenção do correspondente diploma — relatório de seis meses de

38

estágio e sua discussão, em confronto com o projecto de um edificio, em termos de execução, e discussão do mesmo, após dois anos de tirocínio.

Antes de outras razões, porque no primeiro ano de 1957, que arrancou com cerca de 30 alunos, número que representa a média dos que anualmente se inscrevem no Curso de Architectura, apenas um chegou ao seu termo, sem problemas, pois se tratava de um aluno que, formado em engenharia civil, fora dispensado da frequência de todas as cadeiras que, na Faculdade de Ciências, constituem o elenco das necessárias ao já referido Curso.

Isto, pois, no ano lectivo de 1962-63.

Desde então até ao presente, foram em número de 5 e de 4 os que, respectivamente, transitaram ao estágio, nos anos lectivos de 1963-64 e de 1964-65.

Índices, porém, mais alarmantes, são os representados pelas percentagens de reprovações e desistências dos alunos do curso de Architectura, que na Faculdade de Ciências frequentaram, no último ano lectivo, as cadeiras de «Matemáticas Gerais» — 81,3 %, «Geometria Descritiva e Elementos de Geometria Projectiva» — 90,7 %, «Química Geral» — 60,4 %, «Física Geral» — 80,7 % e «Sociologia Geral» — 40 %.

Em consequência desta catástrofe, agravada, mercê de outros motivos, por uma também inusitada proporção de exclusões na 1.<sup>a</sup> parte da cadeira de «Arquitectura Analítica», aqui professada, dos 35 alunos inscritos no primeiro ano do Curso de Architectura, no ano lectivo de 1964-65, transitou, para o segundo ano, apenas um, embora na companhia de outros cinco, que tantos são os repe-

39

tentes isentos de qualquer restrição imposta pela tabela de precedências e os que oportunamente requereram a sua transferência de Curso ou de Escola.

Para onde vamos?

É muito possível que estejamos a ser vítimas de um tratamento de excepção, mas, se assim for, estaremos previamente condenados a morrer da cura, a menos que outra terapêutica venha em nosso socorro. Essa, porém, só V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro da Educação Nacional, poderá prescrever.

Quais as causas e quais os efeitos mais pertinentes que resultam deste estado de coisas?

Vejamos.

Ao «clima», no mais amplo sentido do termo, que tem o seu núcleo de altas pressões localizado a Oeste do centro da cidade, envolvido por uma frente fria de exagerada frequência, representado pela relação, nunca inferior, nos dois primeiros anos, à média de 1 professor por cada 100 alunos, opõe-se um outro, a Leste, ou melhor — para evitar trocadilhos — a Nascente, de baixas pressões, frente cálida e moderada frequência, em que aquela relação é, em média absoluta, de 1 para 10, embora ligeiramente superior nos dois primeiros anos.

Este, um dos índices.

O outro será o que muito naturalmente procede do confronto, fácil de estabelecer, entre o ensino das ciências puras, ou exactas, que pode, embora por defeito, ser exercido e dirigido-se a um número indeterminado de «indivíduos», desde que em razoáveis condições de receptividade, e o de matéria fluida e de tão variada génese, como o das artes plásticas, em que para não resultar estéril, é forçoso manter o mais vivo, permanente e

40

41 íntimo diálogo entre o mestre e «cada um dos alunos».

É óbvio, pois, que qualquer aluno do Curso de Arquitectura, que obrigatoriamente, e dia a dia, se veja na necessidade de alternar a sua permanência, embora por curtos espaços de tempo, num e noutro dos já referidos «climas», sofrerá abalos físicos e psíquicos, estranhos a qualquer grau de disciplina mental, aliás em plena evolução, impeditivos de lhe conceder uma probabilidade consciente de opção, ou seja, de se encontrar.

É este banho turco diário, sem tréguas, cáustico e desmoralizador, que urge eliminar.

Tida, contudo, por indispensável ao arquitecto, a par da sua formação predominantemente artística, a científica, a que já a orgânica anterior à actual procurava responder em bem mais adequada e justa medida, uma única solução nos ocorreu e ocorre sugerir, em contraste com as que a V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro, certamente afluirão em catadupa: — a de vermos o corpo docente desta Escola acrescido de mais um professor licenciado ou doutorado em Ciências Físico-Químicas.

De nenhum outro carecemos para nosso melhor governo, posto que o quadro daquele corpo docente se encontra largamente provido, à margem da necessária assistência, dos elementos que, nas Matemáticas, no Cálculo e na Estática, por um lado, e nas Geometrias, por outro, deram já e estão dando suficientes provas da sua capacidade, conferindo ao ensino daquelas disciplinas o mais indesmentível prestígio: — os professores Engenheiros António Cândido de Figueiredo e José João de Brito, e os Arquitectos António de Brito e Luís Pádua Ramos.

42 Como V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro, terá já concluído: a um problema que, na essência, era exclusivamente de índole pedagógica, acresce agora um caso específico de administração pública.

Com efeito, nas condições actuais, por que preço fica ao Estado português a formatura de um architecto, quando tantos são indispensáveis para ocorrer às necessidades dos mercados nacionais, metropolitano, insular e ultramarino?

Às dúvidas que formulamos, só V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro da Educação Nacional, poderá dar em tempo oportuno, se em seu alto critério forem merecedoras de tal atenção, as mais adequadas respostas, de qualquer modo aguardadas com bem significativa ansiedade.

Enunciadas as principais referências à orgânica e finalidade dos Cursos, passemos, por último, ao programa das instalações, a que, por inerência, se encontram ainda ligadas muitas das indigências que affectam, particularmente, os cursos de Pintura e de Escultura.

A história conta-se em poucas palavras, e, através de alguns números, ficará V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro, inteiramente esclarecido acerca do estado actual do problema.

Completamos este ano as nossas bodas de prata ao serviço desta Casa, e foi durante este quarto de século, mais ano menos ano — 1940-1965 —, que tudo se processou, desde a compra desta propriedade — «A Casa dos Braguinhas» — até à sua integral remodelação, de mais recente data.

Algumas das aulas funcionavam ainda em dependências da vizinha Biblioteca Municipal, e, em particular, as concernentes à prática da Pintura e da Escultura.

43 A pouco e pouco, porém, foram-se definindo as modestas mas convergentes aspirações dos respectivos directores, ao tempo, os Doutores Aarão de Lacerda e Joaquim Costa, que conduziram, aquele, ao desejo de concentrar todos os serviços neste admirável recinto, e, este, a procurar libertar-se da nossa presença, um tanto indesejável, diga-se de passagem, para maior tranquilidade dos utentes da Biblioteca e para ampliação das instalações sob sua jurisdição.

O programa estava, assim, esboçado, e no propósito de o satisfazer, foi projectado e construído pelo Ministério das Obras Públicas, a título precário, o primeiro pavilhão, onde, a partir de 1949, passaram a funcionar algumas aulas de Desenho, Pintura, Anatomia e Geometria.

Todos os cuidados eram poucos para evitar que este magnífico parque ficasse privado de qualquer das raras espécies que ainda e felizmente o guarnecem.

A frequência da Escola de Belas-Artes do Porto engrossava, então, vertiginosamente, com particular incidência sobre o Curso de Architectura, onde chegou a atingir a ordem dos 300 alunos, e, no total dos três cursos, cerca de 500, ao cuidado de doze professores, não mais.

À construção daquele pavilhão sucedeu, em 1950, a do destinado, em exclusivo, às aulas práticas dos Cursos de Pintura e de Escultura, aquelas em número de quatro, estas no de seis, com as suas arrecadações, vestiários e depósitos de barro.

As aulas de Architectura continuavam affectas a algumas dependências desta antiga residência, já então em estado de imminente ruína.

Valeu-nos, na ocorrência, o abnegado exemplo de Afonso Domingues. 44

Só cerca de 1953, foram projectados e construídos os edifícios anexos que, articulados da melhor maneira, constituem o binário «Pavilhão de Arquitectura»-«Salão de Exposições», cuja instalação, uma mais activa direcção, então confiada ao Professor Joaquim Lopes, há muito reclamava.

Do Ministério das Obras Públicas, através da sua Direcção dos Edifícios do Norte era-nos, no entanto, transmitida a informação de que Sua Excelência, o Ministro das Finanças, deliberara interromper a continuidade com que se vinha procedendo à concessão de verbas para a Escola de Belas-Artes do Porto, sob pretexto único e improcedente, como se verá, de que o montante dos subsídios atribuídos era já suficientemente vultuoso para que devessem ser dados por concluídos os trabalhos que há anos vinham sendo executados.

À persistência do Ministério das Obras Públicas, pois, e ao desvelo que impelia a Direcção dos Edifícios do Norte a procurar completar o equipamento deste estabelecimento de ensino superior, em matéria de edificações e de mobiliário, ficámos devendo tudo quanto se fez, em confronto com o muito que ainda falta para completar.

E surge, Senhor Ministro, em fins de 1957, a reorganização das Escolas Superiores de Belas-Artes e, com ela, a reforma do ensino artístico.

Não tardou que fôssemos convidados por Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, a proceder, de colaboração com outro colega, o arquitecto Manuel Mendes Tainha, à elaboração, sob programa estruturado pela

45 Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, e por forma a satisfazer as exigências daquela mais recente orgânica, o projecto para a Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, a construir em terrenos da Cidade Universitária, ao Campo Grande.

Elaborados os estudos prévios, Senhor Ministro, sob o olhar atento daquela Direcção-Geral, deu entrada no Ministério das Obras Públicas, em Dezembro de 1965 — há três meses, portanto — acompanhado de uma estimativa da ordem dos 45 000 contos, o respectivo anteprojecto.

E é a partir deste número que as contas são fáceis de fazer.

Antes, porém, cumpre-nos esclarecer V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro, de que às nossas dúvidas sobre o destino destas instalações, foi-nos comunicada a superior decisão de que se tivesse por definitiva a localização actual da Escola Superior de Belas-Artes do Porto.

O lugar de São Lázaro continuará, pois, a ser, e queira Deus que por muitos e felizes anos, o nosso Montmartre, e São Lázaro, irmão de Marta e de Maria Madalena, o nosso patrono, sobretudo quando, como hoje, nos vemos, diante de V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro, convertidos à condição de pedintes.

Para satisfazer, porém, o mesmo programa de instalações que fora fixado para a sua congénere de Lisboa, sem sacrifício deste belo parque, só uma solução estava à vista, e dessa não tardou que déssemos conta: — a sua expansão para nascente, traduzida numa proposta gráfica tendente a delimitar a respectiva e indispensável «zona de protecção».

Faltam-nos, Senhor Ministro, dependências para as actividades circum-escolares, cantina,

anfiteatros, oficinas, arquivos, arrecadações, 46 «ateliers», mais salas de aula, etc., etc., etc.

Em várias situações de emergência, muito nos tem ajudado a compreensão do Director da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, bem como o recurso à hospitalidade do pessoal de algumas oficinas ou pequenas unidades industriais do Porto e arredores, para aquisição, no sector das tecnologias, de conhecimentos só acessíveis através da prática de determinadas e, por vezes, bem insignificantes operações, e da revelação de inocentes segredinhos de ofício, da maior utilidade, mas ignoramos até quando será possível continuar a viver desta maneira.

Para o anormal funcionamento desta Escola, Senhor Ministro, já se estabelece combate e mendigam recintos inadequados às dignas funções de ensinar ou de aprender — caves, galerias e até vãos de escadas, assim como algumas dependências, que estariam indicadas para melhor a servirem, estão por apetrechar.

As contas, Senhor Ministro, explicarão o resto.

A estimativa de 1965 para construção da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa conduz-nos à previsão de um encargo da ordem dos 45 000 contos.

De 1940 a 1965, Senhor Ministro, o Estado gastou, nestas instalações, 5 520 contos na construção de novos edifícios, 2 060 em obras de conservação e reparação, 310 em apetrechamento fixo e 110 em diversos trabalhos, isto é, um total de 8 000 contos, números redondos, ou, mais exactamente, oito milhões sete mil seiscentos e setenta e três escudos e trinta e seis centavos.

47 Considerados, embora, todos os coeficientes de correcção, o confronto destes dois números é suficientemente elucidativo para que mais largamente conjecturemos acerca do seu significado.

Antes de terminarmos, uma palavra mais de profunda gratidão nos cumpre ainda dirigir à Imprensa, à Rádio e à Televisão, pelas suas especiais provas de generosidade e de muita cortesia.

V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro da Educação Nacional, será, não apenas por dever de cargo, mas porque, para além dele, outras circunstâncias, predicados e títulos o enobrecem e recomendam, o inexorável juiz das nossas intenções, para o efeito traduzidas nesta oração e representadas nas «duas exposições itinerantes de carácter didáctico», a cuja inauguração V. Ex.<sup>a</sup> vai proceder, e para a montagem das quais V. Ex.<sup>a</sup> contribuiu com importante subsídio.

Oxalá tenhamos acertado!

Outras preciosas peças do nosso património aguardam o momento de serem retiradas dos arquivos e arrecadações em que se encontram.

Com elas, Senhor Ministro, se V. Ex.<sup>a</sup> entender por bem conservar a rubrica e reforçar a verba para sua recuperação, estudo e catalogação, outras exposições de extraordinário interesse didáctico poderemos levar a efeito em anos sucessivos.

Entre estas, e a título de curiosidade, mencionaremos a dos «Estudos e Esboços» (Desenho e Pintura); a das «Cópias dos grandes Mestres», executadas no Museu do Louvre pelos nossos pensionistas: aquela a que chamaremos «Varia» (recordações e curiosidades); as de «Arquitectura», uma,

«Pintura», outra, e «Escultura», todas no âmbito da composição; e, finalmente, a das «Gravuras», podendo esta, em atenção ao seu elevado número — cerca de 4000 — ser, por largos anos, periodicamente renovada.

Não estranhará, pois, V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro da Educação Nacional, que, tal como os nossos antepassados, tenhamos desmesurada presunção no departamento e na Escola singular em que assentámos praça e que, por tanta particularidade reafirmada, o espírito de auto-suficiência ou determinação continue a prevalecer no mundo das nossas mais radicadas pretensões.

Para concluirmos, em beleza e com humildade — entenda-se — tão extenso rol de amarguras, de alegrias e de esperanças, recordemos que são de Joaquim Machado de Castro estas palavras:

«A indiscreta pobreza de ir mendigar às casas alheias o que na própria se podia remediar melhor, é motivo muito justo, como sabem os artistas instruídos, e briosos, de aumentar-se a nossa mágoa.»

